



## MAPA DA (DES)CENTRALIZAÇÃO REGIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**Kerima Martins Parreira  
Jeferson De Castro Vieira**

### **Resumo**

Buscando construir um mapa atual da dinâmica da (des) concentração no Brasil este artigo utilizou-se de uma publicação do Centro de Liderança Pública, denominado ranking da competitividade do Estados (2018). A metodologia aplicada foi de mapeamento dos dez estados melhor posicionados em seis pilares selecionados com análise da localização por região geográfica. Os resultados mostraram predominância no sul-sudeste em pilares estruturais – infraestrutura, educação, inovação, sustentabilidade e novas tendências de configurações locacionais de mercado e capital humano no centro-norte do país e inovação no nordeste que denotam certa ambivalência entre capacidade regional instalada no centro-sul do país e abertura de mercados potenciais ainda de baixa estruturação no centro-norte-nordeste, fruto talvez da concentração herdada e da grande dimensão territorial da nação.

**Palavras-chave:** Brasil. Competitividade regional. Concentração. Desconcentração econômica.

## MAP OF THE REGIONAL (DES) CONCENTRATION IN CONTEMPORARY BRAZIL

### **Abstract**

In order to construct a current map of the dynamics of (dis) concentration in Brazil, this article was used by a publication of the Center for Public Leadership, called the ranking of the competitiveness of the States (2018). The methodology applied was to map the ten states best positioned in eight selected pillars with location analysis by geographic region. The results showed a predominance in the south-southeast of the structural pillars - infrastructure, education, innovation, sustainability and new trends of locational market and human capital configurations in the north-central part of the country and innovation in the northeast that denote a certain ambivalence between the regional capacity installed in the center -sul of the country and opening of potential markets still with low structuring in the center-north-northeast, perhaps due to the concentration inherited and the great territorial dimension of the nation.

**Keywords:** Brazil. Regional competitiveness. Concentration. Economic deconcentration

### **1 Introdução**

O processo de concentração econômica regional no Brasil é histórico. Na década de 1930 o estado de São Paulo torna-se referência da nação em densidade populacional, afluxo de imigração, crescimento diversificado da indústria, agricultura e serviços. Nos anos de 1950, surge no Brasil a implementação de políticas de desenvolvimento regional para fazer face à



velhos anseios de maior equidade federativa que ganharam agenda política na constituição de 1988 com dispositivos afetos, sobretudo à inserção de alocação regionalizada de recursos financeiros no Plano Plurianual de Investimentos. O advento de políticas neoliberais sobretudo nos anos de 1990 e subsequentes, provocou uma dinâmica de retração, de esvaziamento de políticas regionais de desenvolvimento, fragilidade fiscal e financeira (CANO,1997).

Maior equidade ou eficiência competitiva é uma pergunta que se faz à luz da contemporaneidade. A retração da presença do Estado Nacional e a ampliação dos poderes dos entes subnacionais – regionais, estaduais e municipais fariam face ao movimento da globalização? A modernização nos seus matizes – setores, processos de outras unidades federadas afora São Paulo seria capaz de promover a atração de investimentos, traçar um mapa de desconcentração produtiva e promover a equidade regional ou ao menos atenuar?

Buscando construir um mapa atual da dinâmica (des) concentração no Brasil, este artigo utilizou-se de um estudo publicado pelo Centro de Liderança Pública – CPL, denominado ranking da competitividade do Estados 2018, o qual analisa dez pilares por unidades federativas e 68 indicadores. A metodologia aplicada foi de mapeamento dos dez estados melhor posicionados em seis pilares selecionados e analisar a localização espacial por região geográfica brasileira. Tradicionalmente o desenvolvimento econômico e social no Brasil tem-se mostrado concentrado na parte Sul-Centro (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) em detrimento da parte centro –norte (Norte e Nordeste).

Este artigo, além da introdução, está dividido em três partes. A primeira parte tem como foco uma retrospectiva histórica dos determinantes e a dinâmica da concentração e descontração regional no país de 1930 a atualidade. Na segunda, é efetuado uma análise sintética da tendência locacional nas temáticas tratadas nas cinco regiões brasileiras. Na terceira, é apresentado a conclusão em que se busca analisar se a dinâmica de concentração sul-centro persiste, se há tendência de novas configurações locacionais ou novas configurações estabelecidas nos dez pilares estudados. E, mesmo que instigante, não está no escopo deste artigo uma análise conjuntural de possíveis causas estruturais regionais que poderiam ter incitado ou não uma melhor pontuação no ranking desta ou aquela Unidade Federativa, o que poderia ser objeto de estudos posteriores.



## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Dinâmica da concentração e desconcentração regional no país de 1930 a atualidade.

A diversidade regional do Brasil é um rico ativo que proporciona ao país uma característica singular aliada ao potencial natural que lhe é inerente. Para Araújo (2008), esta diversidade regional é um dos patrimônios que farão diferença no século XXI, destacando entre eles, a criatividade, natureza singular com a presença de seis biomas distintos, bases produtivas historicamente estruturadas diferencialmente e uma sociedade peculiar. Em contraposição à esta potencialidade, ressalta que um dos principais entraves para o desenvolvimento brasileiro é a desigualdade - a desigualdade social e a desigualdade regional e, ainda, os desequilíbrios regionais, herança do caminho construído na meta de ser um país industrial no prazo de 60 anos com a construção de uma base produtiva e industrial, mas concentrada no Sudeste (80%), principalmente na Grande São Paulo (44%). Observa a autora que o auge dessa concentração foi nos anos 1970, seguidos, no período subsequente, de leve tendência locacional de desconcentração para outros estados do Sudeste e Sul do País. (ARAÚJO, 2008).

Diniz (1993, p.35-36) apresenta uma visita da dinâmica concentracional no Brasil como desenvolvimento poligonal, onde um limitado número de novos polos de crescimento ou regiões capturam a maior parte das novas atividades econômicas do que um processo de desconcentração propriamente dito, mesmo porque os polos de desenvolvimento estão espacialmente no Estado de São Paulo ou em eixos relativamente próximos. Destaca o autor que o movimento de desconcentração presente no país não teve o alcance de atingir a Nação com um todo, salientando que muito embora num primeiro momento, tenha sido marcado por um processo de reversão da polarização que atingiu o interior de São Paulo e quase totalidade das unidades federativas brasileiras, no segundo momento, houve uma reconcentração espacial no polígono São Paulo, Minas Gerais e sul do país.

Pacheco (1996, p.130-131) observa a dinâmica regional como um caso de especialização e fragmentação do espaço econômico nacional. Enfatiza que, o processo de desconcentração pós 1970 trouxe um aumento da heterogeneidade intra-regional, tais como, desenvolvimento da agricultura e da indústria dita periférica, aumento de especializações específicas transformando estruturas produtivas no território nacional e surgimento de



expertise em pontos locais determinados, o que ele denomina de “ilhas de prosperidade”.

Araújo (1999, p.144-161)), aborda a questão da presença de forças ambivalentes que atuam no sentido de induzir a concentração ou a desconcentração espacial:

“Nesse novo contexto, novas forças atuam, umas concentradoras, outras não. Dentre as que atuam no sentido de induzir a desconcentração espacial destacam-se: a abertura comercial [...], mudanças tecnológicas que reduzem custos de investimento, crescente papel da logística nas decisões de localização dos estabelecimentos, importância da proximidade do cliente final para diversas atividades, ação ativa de Governos locais oferecendo incentivos, entre outros. Enquanto isso, outras forças atuam no sentido da concentração de investimentos nas áreas já mais dinâmicas e competitivas do País. Dentre elas cabe mencionar, em especial, os novos requisitos locais da acumulação flexível, como: melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade com centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais eficiente dotação de infraestrutura econômica e proximidade com os mercados consumidores de mais alta renda. ”

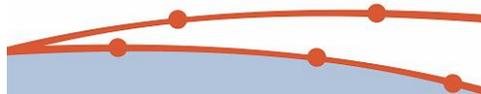
## 2.2 Concentração regional herdada

Na história do desenvolvimento econômico do Brasil, o movimento de desconcentração teve como epicentro, São Paulo - núcleo de acumulação produzindo “efeitos propulsores” (*spread effects*) do centro econômico para outras localidades (periferia). Assim Cano (1997) sintetiza esse movimento de expansão:

“Em síntese, o que precisamos entender é que, mesmo que venhamos a ter no futuro longos períodos de firme crescimento, a expansão da periferia estará atrelada, em grande medida, à de São Paulo. Portanto, se São Paulo crescer, e bem, o restante do país também crescerá. Isto não elimina, obviamente, a necessidade de se discutir e implantar medidas específicas de crescimento ou que possam atenuar ou corrigir os desequilíbrios regionais sociais mais gritantes existentes no país” (CANO, 1997, p.107)

Quadro 1: Brasil, Marcos do desenvolvimento econômico e processo produtivo

Até 1930	Mercado brasileiro integrado com determinantes regionais específicos de herança demográfica, cultural e econômica. As relações comerciais tinham como marco o estado de São Paulo e paulatinamente foram sendo ampliadas as relações com outros entes federados à medida em que crescia o processo de industrialização e se fortalecia as estruturas produtivas.
Após 1930	Aumento das relações econômicas entre São Paulo e todo o resto do Brasil com transformações das estruturas produtivas regionais e estímulo ao crescimento econômico.
Entre 1930 e 1970	Taxas elevadas de crescimento econômico, graças às maiores articulações econômicas com São Paulo e entre as várias regiões



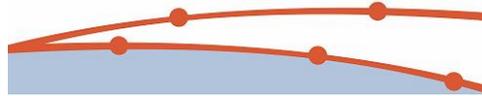
Entre 1970 e 1985	Consolidação da implantação da matriz industrial com grande pacote de investimentos periféricos e uso de recursos naturais - água, terra, minérios com implantação de projetos de larga envergadura hidroelétricos, não ferrosos, químicos e petroquímicas imprimindo ritmo ainda maior de crescimento regional, desconcentrando, assim, parte da produção.
Entre 1985 e 1995	"crise da dívida" com arrefecimento da dinâmica de acumulação e inibição do crescimento periférico, inflexão no processo de desconcentração econômica e período marcado por políticas neoliberais

Fonte: Cano, 1997. Sistematização pelos autores (2019)

No que concerne o processo de desconcentração produtiva no Brasil, no Quadro 2, podem ser observados relevantes marcos que vai desde a integração do mercado nacional comandado pela economia paulista (1930-1960), passando pela expansão da fronteira agrícola (1930-1970), políticas de desenvolvimento regional a partir de 1960, II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (década de 1980), aumento da desconcentração até o início de uma reconcentração, política de abertura comercial (1985-1995).

**Quadro 2: Brasil, Principais determinantes do processo de desconcentração produtiva**

Processo de integração do mercado nacional comandado pela economia paulista	Fase mercantil (1930/60) Fase de acumulação desconcentrada (pós-1960) Efeitos de estímulo sobre as bases produtivas periféricas Transformações estruturais com efeitos cumulativos de longo prazo desconcentração de segmentos produtivos
Expansão da "fronteira" agrícola (1930-1970)	Colonização dos estados Paraná, Goiás e Mato Grosso entre 1930 e 1970 e a partir da década de 70, colonização da Amazônia e o aumento das imigrações para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul Plano de Metas (rodovias no Norte e Centro-Oeste e a criação de Brasília- fim da década de 50), agro industrialização e urbanização
Políticas de desenvolvimento regional a partir de 1960	Investimentos públicos federais em infraestrutura Incentivos (fiscais, financeiros, cambiais, etc.) ao capital: Nordeste (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) depois para a Amazônia (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) e (Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA) e para o Espírito Santo Migração do capital produtivo e aceleração das transformações em suas estruturas produtivas desconcentrando a produção nacional - ex Zona Franca de Manaus
II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, segunda metade da década de 70	Incentivos e alguns investimentos - completar" a estrutura industrial Uso das bases periféricas de recursos naturais (ferro, não ferrosos, carvão, petróleo, produtos químicos básicos, papel e celulose, álcool e eletricidade) Alteração das estruturas produtivas e de exportação desconcentrando a produção
Intensificação do processo de urbanização (Década de 80)	Intensificação do processo de urbanização regiões NO, NE e CO Criação e diversificação de serviços e também de indústrias leves, de âmbito local.
Aumento da desconcentração - Crise da década de 80	Aumento da desconcentração oriundas sobretudo de alta queda da produção paulista do que advindo de maior produção periférica



<p>Inflexão do processo de desconcentração, o início de uma reconcentração - política de abertura comercial (1985-1995)</p>	<p>Inflexão do processo de desconcentração, o início de uma reconcentração, a partir da intensificação da política de abertura comercial</p> <p>Debilidade fiscal e financeira do governo federal e dos estaduais causou acentuada queda nos investimentos de infraestrutura e de energia, deixando de impactar sobre as estruturas regionais e de gerar economias externas na periferia nacional</p> <p>Diminuição do ritmo de crescimento das exportações</p> <p>Concentração em São Paulo dos principais investimentos de informática, microeletrônica, telecomunicações e automação</p> <p>Forma reconcentradora da reestruturação produtiva do país pós 1990</p>
---	---

Fonte: Cano, 1997. Sistematização pelos autores (2019)

### 2.3 Fatores determinantes da competitividade

Benzaquen et al. (2010, p.97-84) trazem como determinantes de competitividade de uma região o capital humano, infraestrutura produtiva, governo e instituições, desenvolvimento econômico e eficiência no negócio. Acrescentam que o desenvolvimento de uma abordagem voltada para a competitividade, pode gerar um aumento sustentado da produtividade do negócio e o bem-estar da sua população.

Bruchêz et al. (2016, p.1-19), em revisão sistemática efetuada apontam que os fatores que estão mais intrinsecamente associados à competitividade são capital humano, inovação, infraestrutura, conhecimento, tecnologia, empreendedorismo e recursos, fatores esses geradores de vantagem competitiva. Observam os autores, uma correlação positiva de aumento da competitividade e de potencial de mercado com investimentos em educação superior, formação profissional, ciência, tecnologia e inovação.

Diniz, Filho e Vicentini, Yara (2004, p.107-116) ressaltam que os Estudos da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) trazem um modelo de classificação de competitividade baseado em três categorias: (1) Fatores internos à empresa: "nível micro" e capacidade de criar e ampliar "vantagens competitivas"; (2) fatores estruturais: ambiente competitivo, mercados consumidores, configuração da indústria, sistema tributário e fiscal, etc.; (3) fatores sistêmicos: conjunto de externalidades - macroeconômicas e político-institucionais; políticas reguladoras, de propriedade intelectual, de meio ambiente; infra estruturais, sociais e educacionais, legislação trabalhista e de seguridade social e fatores referentes à dimensão regional que envolvem os aspectos associados à distribuição espacial das atividades produtivas.



Os fatores acima explicitados aliados aos recursos financeiros e estrutura organizacional se mostram então como elementos chaves para o aumento da capacidade governativa das unidades federadas, e conseqüentemente, da competitividade regional.

### 3. Metodologia

Este artigo teve como fonte principal uma pesquisa efetuada pelo Centro de Liderança Pública – CLP intitulada Ranking da Competitividade dos Estados tendo como parâmetro temporal o ano de publicação do estudo (2018), com base em indicadores do ano anterior (2017) e, como produto, o posicionamento de cada unidade federada em 06 (seis) pilares, à saber - Sustentabilidade Social; Infraestrutura; Capital Humano; Potencial de Mercado; Inovação.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, que expressa em ranking (número cardinal) o desempenho do Estado. Para efeitos de análise de desempenho adotou-se o critério de posicionamento da unidade federada nos dez primeiros lugares do ranking no pilar estudado, e agrupado por região geográfica visando avaliar, com a sistematização de dados, a dinâmica da (des) concentração regional em nível nacional.

Os dados obtidos foram tabulados em planilha do *software Microsoft Excel*, por pilar, foi efetuada uma correlação de desempenho por localização espacial.

### 4. Análise e discussão dos dados

#### 4.1 Comportamento regional na contemporaneidade - 2018

No contexto brasileiro atual percebe-se a presença de duas forças antagônicas. Uma no sentido da concentração regional e outra, em movimento oposto, na desconcentração espacial. A Tabela 1 apresenta os melhores desempenhos nos seis pilares estudados por unidade federada e região geográfica. As análises dos resultados apontam para a continuidade da concentração regional herdada desde a industrialização brasileira com dominância dos melhores posicionamentos das regiões Sul (78%), Sudeste (67%) e Centro-Oeste (21,7%) em oposição às regiões Norte (19%) e Nordeste (17%). É importante ressaltar o registro de uma tendência de descontração espacial alavancada pela região norte que se desponta no pilar potencial de mercado (cinco estados pontuados entre os dez melhores no



ranking nacional) em oposição à retração da região nordeste que não se sobressaiu com nenhuma unidade federada neste quesito.

Da Tabela 1 apreende-se que:

1. A Região Sul obteve o melhor desempenho nacional (78%), com destaque para o estado de Santa Catarina (100%), que se posicionou entre as dez melhores do ranking nos seis pilares analisados, seguidos do estado do Paraná (83%) que se sobressaiu em cinco pilares, perdendo posicionamento apenas no pilar potencial de mercado e, o estado do Rio Grande do Sul que se destacou em três dos dez pilares com índice de 50% (sustentabilidade social, educação e inovação), média ainda acima das outras regiões.

2. A Região Sudeste obteve o segundo melhor desempenho (67%), tendo o estado de São Paulo sido destaque em todos os pilares analisados (100%), seguido de Minas Gerais - 67% (infraestrutura, sustentabilidade social, educação e inovação) os estados do Rio de Janeiro - 50% (sustentabilidade social, capital humano e inovação) e Espírito Santo - 50% (sustentabilidade social, educação e capital humano).

3. A Região Centro-Oeste apresentou o índice de 21,70% tendo como destaque o Distrito Federal (100%), seguidos de Mato Grosso do Sul (67%) (infraestrutura, sustentabilidade social, educação e potencial de mercado), Goiás (33%) (sustentabilidade social e educação) e Mato Grosso (17%) (potencial de mercado).

O bom desempenho das três regiões acima demonstram que a concentração regional no Brasil ainda se encontra na parte Centro-Sul (Sul 1º, Sudeste 2º, Centro 3º).

4. A Região Norte (19%) apresenta-se como uma bússola de movimento de desconcentração espacial com destaque para os estados de Tocantins e Roraima (33%) (capital humano e potencial de mercado) tendo os demais estados - Pará, Amapá e Acre apresentado índice de 17%: potencial de mercado - Pará, Amapá e Acre e capital humano - Amazonas). Vale ressaltar que seis das oito unidades federativas que compõem a região Norte estão entre as dez mais do ranking nacional em potencial de mercado.

5. Por outro lado, tem-se um movimento de perda de dinamicidade da Região Nordeste (17%) com melhor posicionamento para Rio Grande do Norte (50% - infraestrutura, capital humano e educação), Paraíba (33% - infraestrutura e inovação), Ceará (33% - infraestrutura e educação) e Pernambuco (17% - inovação).

Não apresentaram destaque no ranking nos pilares selecionados, na região nordeste os estados de Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí.

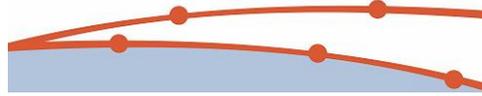


No computo geral, percebe-se a manutenção do tradicional Sul-Sudeste-Centro para os pilares infraestrutura; sustentabilidade social; uma tendência de ascensão da região Norte em potencial de mercado e capital humano; inovação no Nordeste -Centro-Oeste e esvaziamento do Sul-Sudeste para potencial de mercado.

Tabela 1 – Desempenho das UFs por pilar- Ano 2017, publicação 2018

Unidade Federada ( Sigla- Nome)		Região	Infraestrutura	Sustentabilidade e Social	Educação	Capital Humano	Potencial de Mercado	Inovação	UF - % Participação	Região - % Participação
DF	Distrito Federal	Centro-Oeste	8	6	7	1	5	7	100%	54%
GO	Goiás	Centro-Oeste	20	10	9	18	13	19	33%	
MS	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	9	9	10	13	9	12	67%	
MT	Mato Grosso	Centro-Oeste	15	11	12	15	7	17	17%	
AL	Alagoas	Nordeste	13	22	22	17	20	21	0%	17%
BA	Bahia	Nordeste	11	20	25	20	23	14	0%	
CE	Ceará	Nordeste	7	16	6	12	14	11	33%	
PB	Paraíba	Nordeste	2	14	15	19	18	8	33%	
PE	Pernambuco	Nordeste	12	17	18	16	26	10	17%	
PI	Piauí	Nordeste	17	21	16	22	15	18	0%	
RN	Rio Grande do Norte	Nordeste	5	15	17	10	22	9	50%	
SE	Sergipe	Nordeste	18	19	20	24	27	15	0%	19%
AC	Acre	Norte	27	23	19	25	6	26	17%	
AM	Amazonas	Norte	26	24	24	6	12	13	17%	
AP	Amapá	Norte	19	26	27	21	10	25	17%	
MA	Maranhão	Norte	24	27	23	23	16	20	0%	
PA	Pará	Norte	25	25	26	26	1	22	17%	
RO	Rondônia	Norte	6	12	14	27	11	27	17%	
RR	Roraima	Norte	22	18	21	3	3	23	33%	
TO	Tocantins	Norte	23	13	13	9	4	24	33%	67%
ES	Espírito Santo	Sudeste	16	8	5	7	24	16	50%	
MG	Minas Gerais	Sudeste	10	5	2	11	21	6	67%	
RJ	Rio de Janeiro	Sudeste	21	7	11	2	17	5	50%	
SP	São Paulo	Sudeste	1	3	1	4	2	1	100%	78%
PR	Paraná	Sul	3	4	4	8	19	4	83%	
RS	Rio Grande do Sul	Sul	14	2	8	14	25	2	50%	
SC	Santa Catarina	Sul	4	1	3	5	8	3	100%	
Total = 27 UF		5 Regiões								

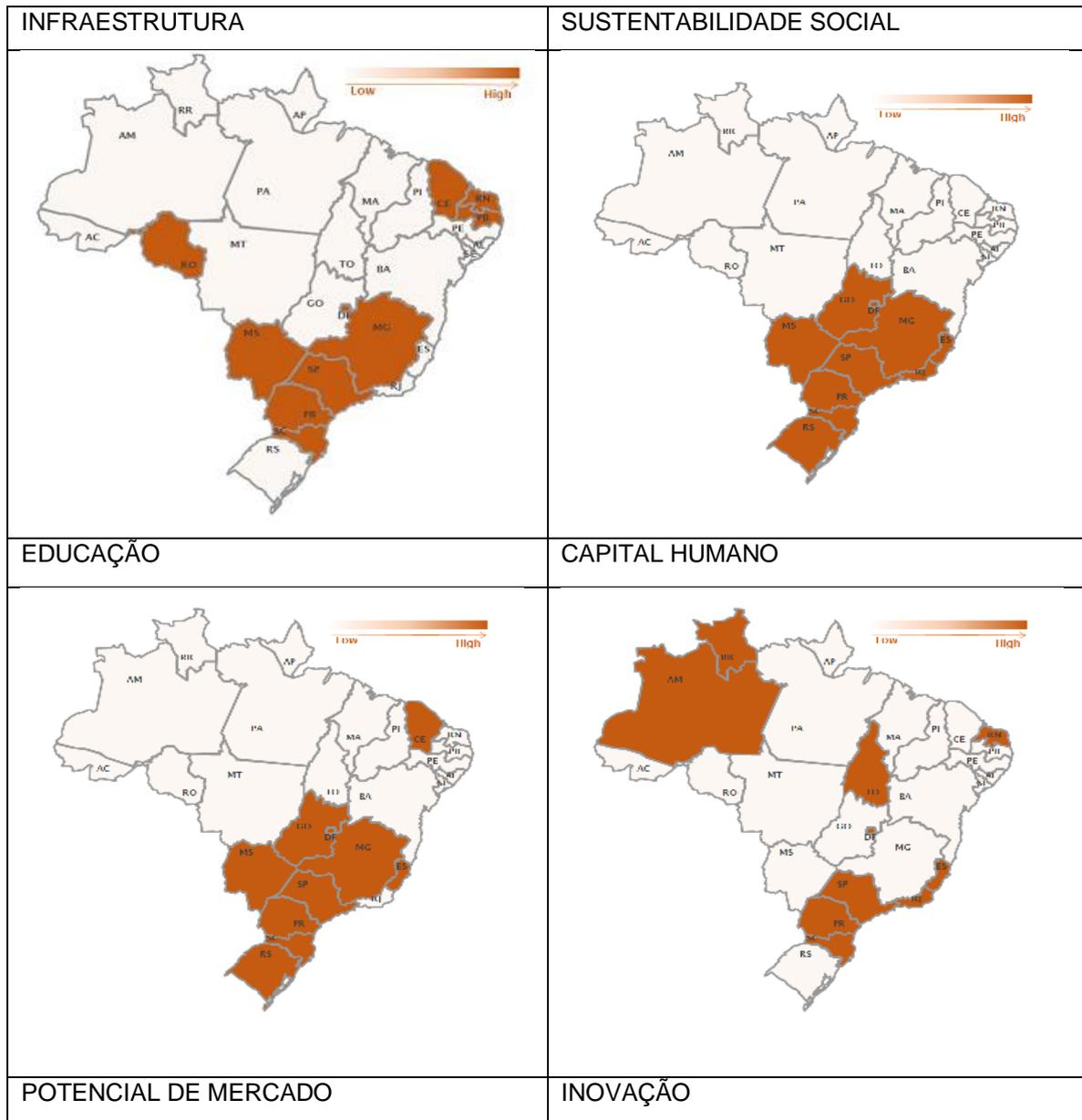
Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018.

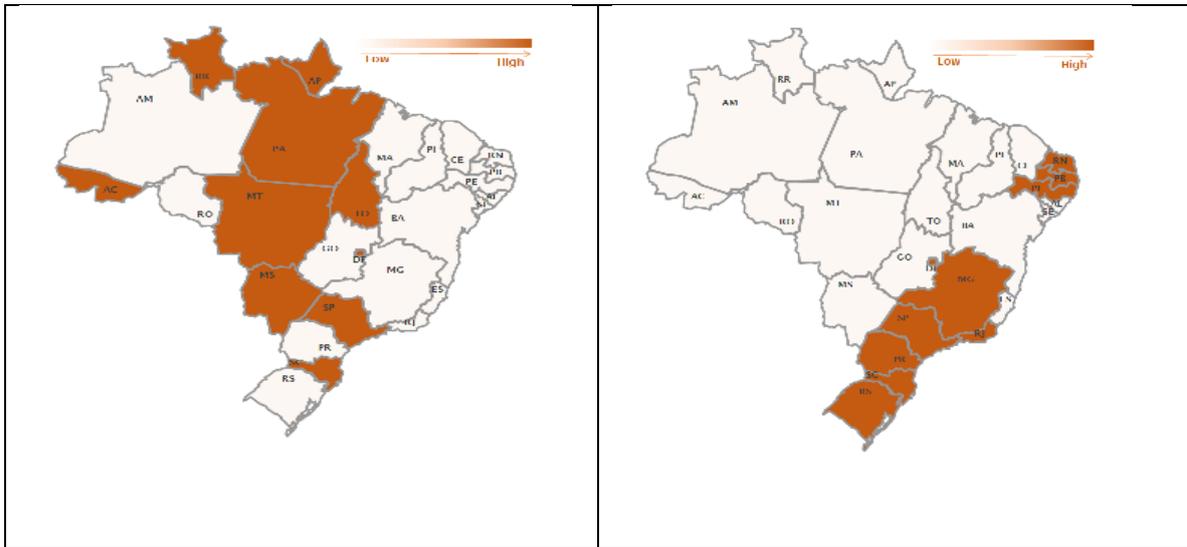
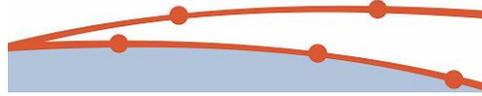


## 4.2 Tendências da localização espacial geográfica brasileira por pilar

O quadro 4 mostra localização espacial geográfica brasileira nos seis pilares abordados: (1) infraestrutura, (2) sustentabilidade social, (3) educação, (4) capital humano, (5) potencial de mercado e (6) inovação.

Quadro 4 – Brasil, localização espacial geográfica brasileira por pilar





Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018.

#### 4.2.1 Infraestrutura

O pilar Infraestrutura é medido por 10 indicadores: 1. Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações; 2. Custo de Combustíveis; 3. Custo de Saneamento Básico; 4. Disponibilidade de Voos Diretos; 5. Acesso à Energia Elétrica; 6. Custo da Energia Elétrica; 7. Qualidade da Energia Elétrica; 8. Mobilidade Urbana; 9. Qualidade das Rodovias e 10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações.

No pilar infraestrutura, a maior representatividade adveio do Nordeste (30%), representado pelos estados da PB (2º), RN (5º), CE (7º), superior às regiões Sul (PR-3º, SC-4º), sudeste (SP-1º, MG-10º) e Centro-Oeste (DF-8º, MS-9º) que obtiveram 20%. A região Norte apresentou a menor representatividade nacional – 10% (RO-6º) e regional (13%).

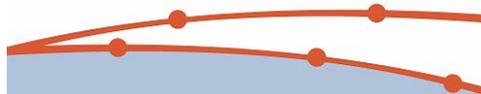


Tabela 2 – Brasil, Desempenho das regiões e UF, pilar Infraestrutura- Ano 2018

INFRAESTRUTURA					
Região	Qtde de UF por região	Desempenho	Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade Nacional Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade regional % região 1º-10º/ Total por região
Norte	8	RO(6º),	1	10%	13%
Nordeste	8	PB(2º),RN(5º),	3	30%	38%
Centro-Oeste	4	CE(7º)	2	20%	50%
Sudeste	4	DF(8º),MS(9º)	2	20%	50%
Sul	3	SP(1º),MG(10º)	2	20%	67%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>		<b>10</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018.

Nesta temática, observa-se um movimento de desconcentração espacial saindo da tradicional concentração Centro-Sul. Este ganho da região Nordeste em infraestrutura ainda não alcançou expressiva representatividade regional uma vez que cinco dos oito Estados do Nordeste não estiveram entre os dez melhores posicionados. A maior representatividade regional foi alcançada pela região Sul (67%), em que apenas o estado do Rio Grande do Sul não obteve posicionamento no ranking dos dez mais e representatividade regional mediana (50%) nas regiões Sudeste (SP-1º, MG-10º) e Centro – Oeste com DF (8º) e MS (9º) (Tabela 2).

#### 4.2.2 Sustentabilidade Social

O pilar Sustentabilidade Social é medido para 16 indicadores: 1. Segurança Alimentar; 2. Inadequação de Moradia; 3. Famílias abaixo da linha da pobreza, 4. Desigualdade de renda; 5. Acesso ao Saneamento Básico – Água; 6. Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto; 7. Mortes evitáveis; 8. Anos Potenciais de Vida Perdidos; 9. Formalidade do Mercado de Trabalho; 10. Inserção Econômica; 11. IDH estadual<sup>1</sup>; 12. Inserção Econômica dos Jovens; 13. Mortalidade Materna; 14. Mortalidade Precoce; 15. Previdência Social; 16. Mortalidade na infância.

<sup>1</sup> IDH- índice de Desenvolvimento Humano

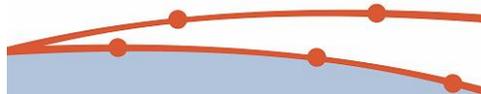


Tabela 3 – Brasil, Desempenho das regiões e UF, pilar Sustentabilidade Social- Ano 2018

SUSTENTABILIDADE SOCIAL					
Região	Qtde de UF por região	Desempenho	Qtde de UFs 1 <sup>o</sup> -10 <sup>o</sup> por região	Representatividade Nacional Qtde de UFs 1 <sup>o</sup> -10 <sup>o</sup> por região	Representatividade regional % UFs região 1 <sup>o</sup> -10 <sup>o</sup> / Total por região
Norte	8	-	0	0%	0%
Nordeste	8	-	0	0%	0%
Centro-Oeste	4	DF (6 <sup>o</sup> ), MS (9 <sup>o</sup> ), GO(10 <sup>o</sup> )	3	30%	75%
Sudeste	4	SP(3 <sup>o</sup> ), RJ(7 <sup>o</sup> ), ES(8 <sup>o</sup> )	4	40%	100%
Sul	3	SC(1 <sup>o</sup> ), RS(2 <sup>o</sup> ), PR(4 <sup>o</sup> )	3	30%	100%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>		<b>10</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018.

No pilar sustentabilidade social, a região Sudeste destacou-se das demais com 40% (SP-3<sup>o</sup>), RJ (7<sup>o</sup>), ES (8<sup>o</sup>) de representatividade nacional, seguidas pelas regiões Sul (SC-1<sup>o</sup>, RS-2<sup>o</sup>, PR-4<sup>o</sup>) e Centro-Oeste (DF - 6<sup>o</sup>), MS (9<sup>o</sup>), GO (10<sup>o</sup>), sendo que as regiões Sul e Sudeste tiveram todos os seus Estados componentes situado nos dez melhores, obtendo uma representatividade regional de 100% para 75% da região Centro-Oeste em que apenas o estado do Mato Grosso não obteve destaque no intervalo selecionado. Neste quesito, a concentração espacial Centro-Sul ficou bem evidenciada uma vez que nenhum Estado das regiões Norte e Nordeste se destacou nos dez melhores do ranking (Tabela 3).

#### 4.2.3 Educação

No pilar Educação tem-se a avaliação de oito indicadores: 1. Avaliação da Educação; 2. IDEB; 3. ENEM; 4. PISA; 5. Índice de Oportunidade da Educação; 6. Taxa de frequência líquida do ensino fundamental; 7. Taxa de frequência líquida do ensino médio; 8. Taxa de atendimento do ensino infantil.



Tabela 4 – Brasil, Desempenho das regiões e UF, pilar Educação- Ano 2018

Região	Qtde de UF por região	Desempenho	EDUCAÇÃO		
			Qtde UFs 1º-10º por região	Representatividade Nacional Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade regional % UFs região 1º-10º/ Total por região
Centro-Oeste	4	DF(7º),GO(9º),MS(10º)	3	30%	75%
Nordeste	8	CE(6º)	1	10%	13%
Sudeste	4	SP(1º), MG(2º),ES (5º)	3	30%	75%
Sul	3	SC(3º), PR(4º), RS(8º)	3	30%	100%
Norte	8		0	0%	0%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>	<b>10</b>		<b>100%</b>	<b>-</b>

Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018.

Conforme se observa a Tabela 4, percebe-se a concentração regional no pilar educação com representatividade regional de 30% para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sendo que no quesito representatividade regional a região Sul obteve 100% de performance e as demais, Centro – Oeste e Sudeste ,75%, onde o estado de Mato Grosso e Rio de Janeiro não estiveram no ranking das dez unidades federativas com melhor pontuação. A região norte foi representada nacionalmente (10%) pelo estado do Ceará (6º) e nenhum Estado teve pontuação no intervalo selecionado na temática educação.

#### 4.2.4 Capital Humano

O pilar Capital Humano é composto por quatro indicadores : custo da mão de obra, PEA com Ensino Superior<sup>2</sup> , Produtividade do Trabalho e Qualificação dos Trabalhadores.

No pilar capital humano, a região Norte equiparou-se à região Sudeste tendo ambas 30% representatividade nacional, seguidas da região Sul (20%) e Nordeste e Centro-Oeste com 10%.

Em termos de representatividade regional o destaque ficou para a região sudeste que teve três dos seus estados (75%) pontuado entre os dez melhores do ranking, seguidos pela região sul (67%). O primeiro lugar ficou para o Distrito Federal no Centro-Oeste. Neste pilar o movimento de concentração aparece mais equilibrado (Tabela 5)

<sup>2</sup> Pessoas de 14 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo/população economicamente ativa (acima de 14 anos).

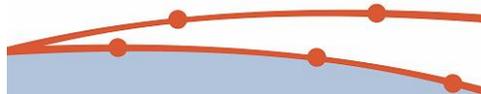


Tabela 5 – Brasil, Desempenho das regiões e UF, pilar Capital Humano- Ano 2018

CAPITAL HUMANO					
Região	Qtde de UF por região	Desempenho	Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade Nacional Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade regional % UFs região 1º-10º/ Total por região
Norte	8	RR(3º),AM(6º),TO(9º)	3	30%	38%
Nordeste	8	RN ( 10º)	1	10%	13%
Centro-Oeste	4	DF (1º)	1	10%	25%
Sudeste	4	RJ ( 2º), SP ( 4º), ES(7º)	3	30%	75%
Sul	3	SC (5º), PR(8º)	2	20%	67%
Total Geral	27		10	100%	

Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018

#### 4.2.5 Potencial de Mercado

Potencial de mercado é um pilar que traz perspectiva de crescimento bem como de atração de investimentos e é, portanto, essencial às unidades federativas. Três são os indicadores do pilar: tamanho de mercado, taxa de crescimento e crescimento potencial da força de trabalho.

Na Tabela 6, o mapa do pilar potencial de mercado nos mostra que as regiões que se sobressaíram à nível nacional foram região norte (50%) com cinco dos oito Estados que compõem a região em posição estratégica neste pilar, com destaque para os estados do PA (1º), RR (3º) e TO (4º), seguido da região Centro-Oeste (30%) com representatividade de 75%, tendo três dos seus quatro estados pontuados, excetuando o estado de Goiás. A região Nordeste não obteve destaque entre os dez melhores neste pilar, com nenhuma representatividade. Percebe-se uma preferência locacional para a região Norte com retração das tradições regiões Sul e Sudeste que obtiveram 10% da participação nacional, sendo que São Paulo apresenta-se com um bom destaque (2º).



Tabela 6 – Brasil, Desempenho das regiões e UF, pilar Potencial de Mercado- Ano 2018

POTENCIAL DE MERCADO, 2018					
Região	Qtde de UF por região	Desempenho	Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade de Nacional Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade de regional % UFs região 1º-10º/ Total por região
	8	PA(1º), RR(3º), TO(4º), AC(6º), AP(10º)	5	50%	63%
Norte					
Nordeste	8	-	0	0%	0%
Centro-Oeste	4				
Sudeste	4	DF(5º), MT(7º), MS(9º)	3	30%	75%
Sul	3	SP (2º)	1	10%	25%
		SC (8º)	1	10%	33%
Total Geral	27		10		

Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018.

#### 4.2.6 Inovação

A inovação é um pilar que prospecta capacidade futura de competitividade e é composto neste estudo por três pilares – produção acadêmica, investimentos em P&D e patentes.

Quando se analisa a tendência locacional atual percebe-se que a região sul dispara frente com todos os três estados situados nos dez primeiros do ranking nacional: RS (2º), SC (3º) e PR (4º), ou seja, 100% da representatividade regional e, em nível nacional, correspondendo a 30%. São Paulo, na região Nordeste, impera no primeiro lugar (1º), ratificando sua posição como centro inovador no País, seguidos de RJ (5º) e MG (6º), não estando entre os dez mais em inovação, o estado do Espírito Santo. A região Centro-Oeste foi representada pelo DF (7º), correspondendo a 10% (dez) da participação nacional, o que demonstra novamente a concentração regional Sul-Sudeste-Centro. Percebe-se uma tendência de inovação na região Nordeste, onde três dos oito Estados conseguiram estar entre os que se sobressaíram, com destaque para PB (8º), RN (9º), PE (10º), o que não aconteceu com a região Norte que obteve 0% de representatividade (Tabela 7)



Tabela 7– Brasil. Desempenho das regiões e UF, pilar Inovação- Ano 2018

Região	Qtde de UF por região	Desempenho	INOVAÇÃO, 2018		
			Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade Nacional Qtde de UFs 1º-10º por região	Representatividade regional % UFs região 1º-10º/ Total por região
Norte	8	-	0	0%	0%
Nordeste	8	PB(8º), RN ( 9º), PE ( 10º)	3	30%	38%
Centro-Oeste	4	DF (7º)	1	10%	25%
Sudeste	4	SP ( 1º),RJ ( 5º), MG (6º)	3	30%	75%
Sul	3	RS(2º), SC (3º), PR (4º)	3	30%	100%
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>		<b>10</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>

Fonte: Ranking da competitividade dos Estados/CPL 2018.

## Conclusão

Na análise da localização espacial dos dez melhores posicionamentos do ranking da competitividade dos estados, os resultados mostraram (i) predominância no sul-sudeste em pilares estruturais – infraestrutura, educação, inovação, sustentabilidade social, uma indicativo de que no mapa da dinâmica de desenvolvimento econômico regional a antiga concentração centro-sul ainda persiste e, (ii) o aparecimento de novas tendências de configurações locais voltados para o centro-norte, nos pilares potencial de mercado e capital humano (norte) e inovação (nordeste).

Percebe-se então a persistência da concentração regional sul-centro com tendência de novas composições espaciais na criação de ambientes competitivos, de menor custo para o centro norte do país, à despeito da dicotomia do mercado de trabalho qualificado instalado estar predominantemente alocado nas regiões Sul -Sudeste.

De todas as cinco regiões, o Sul se destacou com o melhor desempenho (78%), seguido do Sudeste (67%) e Centro-Oeste (21,70), Norte (19%) e Nordeste (17%). Vale destacar que em seis das oito unidades federativas que compõem a região norte estão entre as dez mais do ranking nacional em potencial de mercado enquanto que na região nordeste, três dos seus oito Estados não apresentaram nenhum destaque no ranking nos seis pilares selecionados - Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí.

Outro ponto a destacar é a presença de processo, ainda que tênue, de desconcentração regional com o surgimento no Nordeste de polo de inovação (PB-8º, RN-9º e PE-10º) e na Norte, dois pilares em ascensão - capital humano (RR-3º, AM-6º, TO-9º) e potencial de mercado (PA-1º, RR-3º, TO-4 e AP-10º).



Essa dicotomia ainda presente no desenvolvimento regional no País tem sua origem como reflexo da dimensão, da cultura e da multisingularidade da nação Brasil.

## Referências

ARAÚJO, Tania Bacelar. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **REN- Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.30, n.2, p.144-161, abr-jun.1999.

\_\_\_\_\_. A diversidade regional é um dos patrimônios brasileiros que farão diferença no século XXI. **Brasil em desenvolvimento**. Brasília: Ipea, Ano 5. Edição 45 - 05/07/2008

BENZAQUEN, Jorge, CARPIO, Luis Alfonso Del, ZEGARRA, Luis Alberto and VALDIVIA, Christian Alberto (2010), **A Competitiveness Index for the Regions of a Country**, Cepal Review, n.102, pp. 67-84.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil 1970/95. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v.8, p.101-41, jun.1997

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA. **Ranking de competitividade dos estados**. [www.rankingdecompetitividade.org.br/pagina/conheca-o-clp](http://www.rankingdecompetitividade.org.br/pagina/conheca-o-clp) >. Acesso em: 10 out.2018.

DINIZ, Campolina Clélio. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, set. 1994.

DINIZ FILHO, Luís, VICENTINI, Iara. **Teorias espaciais contemporâneas: o conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

PACHECO, Carlos Américo. **A questão regional brasileiros pós-1980: Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996. (Tese de Doutorado).